



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 19 / 11 / 2003  
Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

Recorrente : ROSSI RESTAURANTE LTDA.  
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto – SP

### PIS-PASEP. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO PARA PLEITEAR RESTITUIÇÃO.

Nos pedidos de restituição de PIS recolhido com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 em valores maiores do que os devidos com base na Lei Complementar nº 07/70, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos conta-se a partir da data do ato que concedeu ao contribuinte o efetivo direito de pleitear a restituição, assim entendida a data da publicação da Resolução 49/95, de 09/10/95, do Senado Federal, ou seja, 10/10/95.

### RESTITUIÇÃO.

Nos termos do art. 165 do CTN (Lei nº 5.172/66), o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos casos de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.

### COMPENSAÇÃO.

De acordo com o art. 74. da Lei nº 9.430/96, com a redação que lhe deu a Lei nº 10.637, de 30/12/2002, o sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

### SEMESTRALIDADE. MUDANÇA DA LEI COMPLEMENTAR NºS 07/70 ATRAVÉS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.212/95.

Com a retirada do mundo jurídico dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, através da Resolução do Senado Federal nº 49/95, prevalecem as regras da Lei Complementar nº 07/70, em relação ao PIS. A regra estabelecida no parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar nº 07/70 diz respeito à base de cálculo e não ao prazo de recolhimento, razão pela qual o PIS correspondente a um mês tem por base de cálculo o faturamento de seis meses atrás, sem correção monetária. Sendo assim, a alíquota é de 0,75% sobre o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária. Tal regra manteve-se incólume até a Medida Provisória nº 1.212/95, de 28/11/95, a partir da qual a alíquota passou para 0,65% e a base de cálculo o faturamento do



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

mês. Tal mudança, no entanto, operou-se a partir de 01/03/96, por força do princípio da anterioridade nonagesimal (CF, art. 195, § 6º).

**CÁLCULOS.**

Fica ressalvado o direito/dever de a Fazenda Nacional proceder e/ou conferir todos os cálculos.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ROSSI RESTAURANTE LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

*Josefa Maria Coelho Marques*

Josefa Maria Coelho Marques

**Presidente**

Serafim Fernandes Corrêa

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Adriene Maria de Miranda (Suplente), Antônio Carlos Atulim (Suplente), Sérgio Gomes Velloso e Rogério Gustavo Dreyer.

iao



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

Recorrente : **ROSSI RESTAURANTE LTDA**

### RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado apresentou Pedido de Restituição, cumulado com Pedidos de Compensação, em relação ao PIS-PASEP recolhido com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 no que excedeu ao devido com base na Lei Complementar nº 7/70, em virtude principalmente da questão da semestralidade. Juntou cópias de DARFs referentes ao período 09/89 a 01/92.

A DRF em Limeira - SP indeferiu o pedido sob o fundamento de que teria ocorrido a decadência, nos termos do Ato Declaratório nº 96, de 26/11/99.

O contribuinte recorreu à DRJ em Ribeirão Preto - SP que manteve o indeferimento.

De tal decisão houve recurso a este Conselho.

É o relatório.



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
SERAFIM FERNANDES CORRÊA**

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Inicialmente cabe demarcar claramente o período abrangido pelo presente processo, qual seja 09/89 a 01/92, a teor dos DARFs de fls. 55/64.

**DECADÊNCIA**

Demarcado o período, há que se enfrentar a questão da ocorrência, ou não, da decadência do direito de pedir sustentada pela Decisão recorrida, que considerou alcançado pela decadência o pedido, nos termos do Ato Declaratório SRF nº 096, de 26/11/99, publicado no Diário Oficial da União de 30/11/99. Para tal Ato, o termo inicial para contagem do prazo de cinco anos para o contribuinte pleitear a restituição de tributo ou contribuição pago indevidamente ou em valor maior do que o devido, inclusive na hipótese de o pagamento haver sido efetuado com base em lei posteriormente considerada inconstitucional pelo STF, conta-se a partir da extinção do crédito tributário. Considera a decisão que a extinção ocorre com o pagamento, seguindo o entendimento do Parecer PGFN/Nº 1.538/99. Com isso, considerou decaído o pedido em relação aos recolhimentos efetuados anteriormente a cinco anos da data do protocolo do pedido.

Sobre o assunto, a jurisprudência está inteira e unanimemente pacificada no âmbito das três Câmaras do 2º Conselho de Contribuintes, bem como da Câmara Superior de Recursos Fiscais, como se vê dos Acórdãos a seguir transcritos:

<i>"Número do Recurso:</i>	<u>116857</u>
<i>Câmara:</i>	PRIMEIRA CÂMARA
<i>Número do Processo:</i>	10480.002282/98-83
<i>Tipo do Recurso:</i>	VOLUNTÁRIO
<i>Matéria:</i>	RESTITUIÇÃO/COMP PIS
<i>Recorrente:</i>	FARMÁCIA DOS POBRES LTDA
<i>Recorrida/Interessado:</i>	DRJ-RECIFE/PE
<i>Data da Sessão:</i>	05/12/2001 12:00:00
<i>Relator:</i>	Jorge Freire
<i>Decisão:</i>	ACÓRDÃO 201-75710
<i>Resultado:</i>	DPM - DADO PROVIMENTO POR MAIORIA
<i>Texto da Decisão:</i>	Por maioria de votos, deu-se provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro José Roberto Vieira que apresentará declaração de voto quanto a semestralidade do PIS



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*Ementa:*

*PIS - DECADÊNCIA - SEMESTRALIDADE - BASE DE CÁLCULO - A decadência do direito de pleitear a compensação/restituição tem como prazo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado que retira a eficácia da lei declarada inconstitucional (Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, publicada em 10/10/95). Assim, a partir de tal data, conta-se 05 (cinco) anos até a data do protocolo do pedido (termo final). In casu, não ocorreu a decadência do direito postulado. A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/95, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador (Primeira Seção STJ - REsp nº 144.708 - RS - e CSRF). Aplica-se este entendimento, com base na LC nº 07/70, aos fatos geradores ocorridos até 29 de fevereiro de 1996, consoante dispõe o parágrafo único do art. 1º da IN SRF nº 06, de 19/01/2000. Recurso a que se dá provimento."*

*“Número do Recurso:* 118798  
*Câmara:* SEGUNDA CÂMARA  
*Número do Processo:* 10183.005901/99-45  
*Tipo do Recurso:* VOLUNTÁRIO  
*Matéria:* RESTITUIÇÃO/COMP PIS  
*Recorrente:* COMERCIAL E PAPELARIA IPIRANGA LTDA  
*Recorrida/Interessado:* DRJ-CAMPO GRANDE/MS  
*Data da Sessão:* 09/07/2002 14:00:00  
*Relator:* Raimar da Silva Aguiar  
*Decisão:* ACÓRDÃO 202-13956  
*Resultado:* PPU - DADO PROVIMENTO PARCIAL POR UNANIMIDADE  
*Texto da Decisão:* Por unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.

*Ementa:*

*NORMAS PROCESSUAIS - RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO DECADÊNCIA - O prazo para pleitear a restituição ou compensação de tributos pagos*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*indevidamente é sempre de 05 (cinco) anos, distinguindo-se o início de sua contagem em razão da forma em que se exterioriza o indébito. Se o indébito esurge da iniciativa unilateral do sujeito passivo, calcado em situação fática não litigiosa, o prazo para pleitear a restituição ou a compensação tem início a partir da data do pagamento que se considera indevido (extinção do crédito tributário). Todavia, se o indébito se exterioriza no contexto de solução jurídica conflituosa, o prazo para desconstituir a indevida incidência só pode ter início com a decisão definitiva da controvérsia, como acontece nas soluções jurídicas ordenadas com eficácia erga omnes, pela edição de Resolução do Senado Federal para expurgar do sistema norma declarada inconstitucional, ou na situação em que é editada Medida Provisória ou mesmo ato administrativo para reconhecer a impertinência de exação tributária anteriormente exigida. PIS-SEMESTRALIDADE - Os indébitos oriundos de recolhimentos efetuados nos moldes dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, declarados inconstitucionais pelo STF, tendo em vista a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça bem como, no âmbito administrativo da Câmara Superior de Recursos Fiscais, deverão ser calculados considerando que a base de cálculo do PIS, até a edição da Medida Provisória nº 1.212/95, é o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária. CORREÇÃO MONETÁRIA - A atualização monetária, até 31/12/95, dos valores recolhidos indevidamente, deve ser efetuada com base nos índices constantes da tabela anexa à Norma de Execução conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 8, de 27/06/97, devendo incidir a Taxa SELIC a partir de 01/01/96, nos termos do art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/95. Recurso provido em parte."*

"Número do Recurso:

117055

Câmara:

TERCEIRA CÂMARA

Número do Processo:

13821.000211/99-61

Tipo do Recurso:

VOLUNTÁRIO

Matéria:

RESTITUIÇÃO/COMP PIS

*JLL*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*Recorrente:* COMACO COM. DE MADEIRA E MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA  
*Recorrida/Interessado:* DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP  
*Data da Sessão:* 22/05/2002 09:00:00  
*Relator:* Maria Teresa Martínez López  
*Decisão:* ACÓRDÃO 203-08190  
*Resultado:* DPU - DADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE

*Texto da Decisão:* Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso.

*Ementa:* PIS - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIO SOBRE RECOLHIMENTOS DO PIS - DECADÊNCIA - INOCORRÊNCIA - O direito de pleitear o reconhecimento de crédito com o conseqüente pedido de compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que se tenha por inconstitucional, somente nasce com a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta. BASE DE CÁLCULO - Ao analisar o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70, há de se concluir que "faturamento" representa a base de cálculo do PIS (faturamento do sexto mês anterior), inerente ao fato gerador (de natureza eminentemente temporal, que ocorre mensalmente), relativo à realização de negócios jurídicos (venda de mercadorias e prestação de serviços). A base de cálculo da contribuição em comento permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP nº 1.212/95, quando, a partir dos efeitos desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado o faturamento do mês anterior. Recurso a que se dá provimento."

"Acórdão CSRF nº 01-03.239

Recurso RP 104-0.304

Processo 10930-002479/97-31



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

#### *DECADÊNCIA – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – TERMO INICIAL*

*Em caso de conflito quanto à inconstitucionalidade da exação tributária, o termo inicial para a contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se:*

- a) – da publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal federal em ADIN;*
- b) – da Resolução do Senado que confere efeito erga omnes à decisão proferida inter partes em processo que reconhece a inconstitucionalidade de tributos;*
- c) – da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária.”*

Dessa forma, no presente caso, o prazo de cinco anos conta-se da data da publicação da Resolução nº 49/95, do Senado Federal, que foi 10/10/95, vencendo-se, portanto, o prazo em 10/10/2000. Como o protocolo do pedido foi realizado em 19/01/98, não ocorreu a decadência.

#### **RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO**

O Pedido de Restituição decorre da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e a conseqüente retirada dos mesmos do mundo jurídico por força da Resolução nº 49/95, do Senado Federal. Com isso, voltaram a valer as regras da Lei Complementar nº 7/70. A restituição/compensação pleiteada diz respeito à diferença entre os valores recolhidos com base nos citados Decretos-lei quando comparados com os devidos com base na Lei Complementar.

Nessa condições, o contribuinte tem, em tese, direito a restituição e/ou compensação de acordo com os artigos 165 do CTN (Lei nº 5.172/66) e art. 74 da lei nº 9.430/96, a seguir transcritos

*“Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:*

*I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;*

*II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;*

*III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.*

.....”  
*“Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 30.12.2002)”*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

### SEMESTRALIDADE

A questão da semestralidade do PIS diz respeito a interpretação do art. 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 07/70, a seguir transcrito:

*"Art. 6º - A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea "b" do art. 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.*

*Parágrafo único - A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente."*

Como é sabido, profundas modificações foram introduzidas na legislação do PIS, inclusive em relação ao artigo citado e transcrito, pelos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88. E mais tarde pelas Leis nºs 7.691/88, 7.799/89, 8.218/91, 8.383/91, 8.850/91, 8.981/95 e 9.069/95. Por último, pela MP nº 1.212/95, suas reedições e pela Lei nº 9.715, de 25/11/98, na qual foi convertida.

Ocorre que os referidos Decretos-Leis foram considerados inconstitucionais por decisão do Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, retirados do mundo jurídico pela Resolução nº 49/95, do Senado Federal, como se vê pelas transcrições a seguir:

*"Ementa*

*EMENTA: - CONSTITUCIONAL. ART. 55-II DA CARTA ANTERIOR.  
CONTRIBUICAO PARA O PIS. DECRETOS-LEIS 2.445 E 2.449, DE 1988.  
INCONSTITUCIONALIDADE.*

*I - Contribuição para o PIS: sua estraneidade ao domínio dos tributos e mesmo aquele, mais largo, das finanças públicas.*

*Entendimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da EC nº 8/77 (RTJ 120/1190).*

*II - Trato por meio de decreto-lei: impossibilidade ante a reserva qualificada das matérias que autorizavam a utilização desse instrumento normativo (art. 55 da Constituição de 1969).*

*Inconstitucionalidade dos Decretos-lei 2.445 e 2.449, de 1988, declarada pelo Supremo Tribunal .*

*Recurso extraordinário conhecido e provido.*

*Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte*

*RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1995*

*Suspende a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988.*

*O Senado Federal resolve:*

*Art. 1º É suspensa a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988, declarados inconstitucionais por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 148.754-2/210/Rio de Janeiro.*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.*

*Senado Federal, em 9 de outubro de 1995*

**SENADOR JOSÉ SARNEY**

*Presidente do Senado Federal"*

Com isso, o PIS voltou a ser regido pela Lei Complementar nº 07/70, com destaque para o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 07/70, a respeito do qual surgiram duas interpretações.

**Primeira, a de que o prazo de seis meses era prazo de recolhimento.** Ou seja, o fato gerador era em janeiro e o prazo de recolhimento era julho. E tal prazo havia sido alterado pelas Leis anteriormente citadas (7.691/88, 7.799/89, 8.218/91, 8.383/91, 8.850/91, 8.981/95 e 9.069/95).

**Segunda, a de que não se tratava de prazo de recolhimento mas sim de base de cálculo.** Ou seja, o PIS correspondente a julho tinha como base de cálculo o faturamento de janeiro e o prazo de recolhimento era inicialmente 20 de agosto conforme Norma de Serviço nº CEP-PIS nº 2, de 27/05/71. E o que as Leis 7.691/88, 7.799/89, 8.218/91, 8.383/91, 8.850/91, 8.981/95 e 9.069/95 alteraram foi o prazo de recolhimento. A base de cálculo manteve-se incólume até a MP nº 1.212/95, quando deixou de ser a do faturamento do sexto mês anterior e passou a ter por base o faturamento do mês.

Depois de muita controvérsia, e principalmente após as manifestações do STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 240.938/RS-1999/0110623-0) e da CSRF (RD/201-0.337 - ACÓRDÃO Nº 02-0.871), esta Câmara, seguindo o mesmo entendimento dos referidos julgados, optou pela segunda interpretação, qual seja a de que o prazo previsto no parágrafo único da Lei Complementar nº 07/70 não era prazo de recolhimento mas sim base de cálculo que se manteve inalterada até a MP nº 1.212/95.

Cabe, para melhor ilustrar o presente voto, transcrever as Ementas dos Acórdãos do STJ e da CSRF, a seguir:

**"EMENTA**

**PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC, QUE SE REPELE. CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS. BASE DE CÁLCULO. SEMESTRALIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 6º, DA LC 07/70. MENSALIDADE: MP 1.212/95.**

*1 - Se, em sede de embargos de declaração, o Tribunal aprecia todos os fundamentos que se apresentam nucleares para a decisão da causa e tempestivamente interpostos, não comete ato de entrega de prestação jurisdicional imperfeito, devendo ser mantido. In casu, não se omitiu o julgado, eis que emitiu pronunciamento sobre a aplicação das Leis nºs 8.218/91 e 8.383/91, asseverando que as mesmas dizem respeito ao prazo de recolhimento da contribuição e não à sua base de cálculo. Por ocasião do julgamento dos embargos, apenas se frisou que era prescindível a apreciação da legislação integral, reguladora do PIS, para o deslinde da controvérsia.*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

2 – Não há possibilidade de se reconhecer, por conseguinte, que o acórdão proferido pelo Tribunal de origem contrariou o preceito legal inscrito no art. 535, II, do CPC, devendo tal alegativa ser repelida.

3 – A base de cálculo da contribuição em comento, eleita pela LC 07/70, art. 6º, parágrafo único (“A contribuição de julho será calculada com base do faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente”), permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP 1.212/95, quando, a partir desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado “o faturamento do mês anterior” (art. 2º).”

“PIS – LC 07/70 – Ao analisar o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar 07/70, há de se concluir que “faturamento” representa a base de cálculo do PIS (faturamento do sexto mês anterior), inerente ao fato gerador (de natureza eminentemente temporal, que ocorre mensalmente), relativo à realização de negócios jurídicos (venda de mercadorias e prestação de serviços). A base de cálculo da contribuição em comento permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP em 1.212/95, quando, a partir dos efeitos desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado o faturamento do mês anterior. Recurso a que se dá provimento.”

Sendo base de cálculo e não prazo de recolhimento, não há que se falar em correção monetária da base de cálculo. Este é o entendimento predominante nesta Câmara, como se vê das Ementas dos Acórdãos a seguir:

*Número do Recurso:* 115648  
*Câmara:* PRIMEIRA CÂMARA  
*Número do Processo:* 10930.000475/99-71  
*Tipo do Recurso:* VOLUNTÁRIO  
*Matéria:* RESTITUIÇÃO/COMP PIS  
*Recorrente:* SEGURA & OLIVEIRA LTDA  
*Recorrida/Interessado:* DRJ-CURITIBA/PR  
*Data da Sessão:* 19/02/2002 14:30:00  
*Relator:* Antônio Mário de Abreu Pinto  
*Decisão:* ACÓRDÃO 201-75890  
*Resultado:* DPM - DADO PROVIMENTO POR MAIORIA  
*Texto da Decisão:* Por maioria de votos, deu-se provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Josefa Maria Coelho Marques e José Roberto Vieira, que apresentará Declaração de voto, quanto a semestralidade do PIS.  
*Ementa:* PIS/FATURAMENTO. BASE DE CÁLCULO



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*SEMESTRALIDADE. A base de cálculo da Contribuição ao PIS, eleita pela Lei Complementar nº 7/70, art. 6º parágrafo único ("A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro, a de agosto com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente"), permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP nº 1.212/95, quando, a partir desta, o faturamento do mês anterior passou a ser considerado para a apuração da base de cálculo da Contribuição ao PIS. CORREÇÃO MONETÁRIA DA BASE DE CÁLCULO. Essa base de cálculo do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador não deve sofrer qualquer atualização monetária até a data da ocorrência do mesmo fato gerador. PRAZO DECADENCIAL. Aplica-se aos pedidos de compensação/restituição de PIS/FATURAMENTO cobrado com base em lei declarada inconstitucional pelo STF o prazo decadencial de 05 (cinco) aos, contados da ocorrência do fato gerador, conforme disposto no art. 168 do CTN, tomando-se como termo inicial a data da publicação da Resolução do Senado Federal nº 49/1995, conforme reiterada e predominante jurisprudência deste Conselho e dos nossos tribunais. Recurso provido."*

*Número do Recurso:* 109809  
*Câmara:* PRIMEIRA CÂMARA  
*Número do Processo:* 11080.011081/94-18  
*Tipo do Recurso:* VOLUNTÁRIO  
*Matéria:* PIS  
*Recorrente:* ZAMPROGNA S.A.  
*Recorrida/Interessado:* DRJ-PORTO ALEGRE/RS  
*Data da Sessão:* 16/04/2002 14:30:00  
*Relator:* Jorge Freire  
*Decisão:* ACÓRDÃO 201-76045  
*Resultado:* PPM - DADO PROVIMENTO PARCIAL POR MAIORIA  
*Texto da Decisão:* Por maioria de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, termos do voto do relator. *Vencido o*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*Conselheiro José Roberto Vieira, quanto à semestralidade, que apresentou declaração de voto. Esteve presente ao julgamento o advogado da recorrente Dr. César Loefler.*

**Ementa:**

*PIS/FATURAMENTO - BASE DE CÁLCULO - SEMESTRALIDADE. A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/95, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária (Primeira Seção - STJ - REsp 144.708 - RS - e CSRF). Recurso provido em parte."*

**"Número do Recurso:**

118904

**Câmara:**

PRIMEIRA CÂMARA

**Número do Processo:**

10805.002726/97-62

**Tipo do Recurso:**

VOLUNTÁRIO

**Matéria:**

PIS

**Recorrente:**

VOLKAR S. A. COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA

**Recorrida/Interessado:**

DRJ-CAMPINAS/SP

**Data da Sessão:**

16/04/2002 10:00:00

**Relator:**

Jorge Freire

**Decisão:**

ACÓRDÃO 201-76030

**Resultado:**

PPM - DADO PROVIMENTO PARCIAL POR MAIORIA

**Texto da Decisão:**

*Por maioria de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator. Vencido o conselheiro José Roberto Vieira quanto à semestralidade, que apresentou declaração de voto.*

**Ementa:**

*PIS/FATURAMENTO. BASE DE CÁLCULO. SEMESTRALIDADE. JUROS DE MORA. MULTA DE OFÍCIO. 1 - A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/95, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária (Primeira Seção STJ - REsp 144.708 - RS - e CSRF). 2 - Havendo depósito, tempestivo do tributo guereado e estando sob tal fundamento suspensa a exigibilidade do crédito tributário no momento da atuação, não há mora*

*JRF*



Processo nº : 10865-000076/98-23  
Recurso nº : 122.186  
Acórdão nº : 201-76.949

*a ensejar cobrança de juros desta natureza. 3 - Se no momento da autuação a exigibilidade estava suspensa, não há fundamento para sua cobrança. Recurso provido em parte."*

### CÁLCULOS

Os cálculos devem ser feitos a partir da comparação entre os valores efetivamente recolhidos e os devidos com base na Lei Complementar nº 7/70 (base de cálculo = faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária). Se dessa comparação resultar diferenças em favor do contribuinte, deve ser seguida a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08, de 27/06/1997.

### CONCLUSÃO

Isto posto, voto no sentido de dar provimento ao recurso para:

- a) reconhecer que não ocorreu a decadência do direito de pleitear da recorrente em relação ao PIS;
- b) determinar que os cálculos do PIS devido sejam realizados considerando-se como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária; e
- c) ressaltar o direito de a Fazenda Nacional conferir todos os cálculos.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA